

LUIZ RODRIGUES WAMBIER

EDUARDO TALAMINI

# CURSO AVANÇADO DE PROCESSO CIVIL

COGNIÇÃO JURISDICIONAL  
(PROCESSO COMUM DE CONHECIMENTO  
E TUTELA PROVISÓRIA)

2

18ª edição

Revista, atualizada e ampliada

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™**

# SUMÁRIO

|                                               |    |
|-----------------------------------------------|----|
| SOBRE O MÉTODO E CONTEÚDO DESTE CURSO .....   | 7  |
| APRESENTAÇÃO DA 18. <sup>a</sup> EDIÇÃO ..... | 9  |
| APRESENTAÇÃO DA 16. <sup>a</sup> EDIÇÃO ..... | 11 |

## PRIMEIRA PARTE

### COGNIÇÃO JURISDICIONAL: NOÇÃO E ESPÉCIES

|                                                                       |    |
|-----------------------------------------------------------------------|----|
| CAPÍTULO 1 – COGNIÇÃO JURISDICIONAL: INTRODUÇÃO .....                 | 39 |
| 1.1. A cognição no quadro da jurisdição.....                          | 39 |
| 1.2. Cognição e as demais modalidades de atuação jurisdicional .....  | 41 |
| 1.3. Objeto da cognição jurisdicional .....                           | 42 |
| 1.4. Institutos fundamentais da cognição jurisdicional .....          | 42 |
| 1.5. Cognição e definição das normas jurídicas.....                   | 43 |
| CAPÍTULO 2 – MODALIDADES DE COGNIÇÃO .....                            | 49 |
| 2.1. Introdução .....                                                 | 49 |
| 2.2. Plano vertical: cognição exauriente e cognição superficial ..... | 50 |
| 2.3. Plano horizontal: cognição total e parcial.....                  | 51 |
| 2.4. A conjugação das modalidades de cognição .....                   | 51 |

## SEGUNDA PARTE

### PROCEDIMENTO COMUM DO PROCESSO DE CONHECIMENTO: FASE POSTULATÓRIA

|                                                      |    |
|------------------------------------------------------|----|
| CAPÍTULO 3 – O PROCEDIMENTO COMUM E SUAS FASES ..... | 57 |
| 3.1. Processo plurifásico .....                      | 57 |
| 3.2. O procedimento comum.....                       | 58 |
| 3.3. As fases do procedimento comum .....            | 58 |

|                                                                           |     |
|---------------------------------------------------------------------------|-----|
| CAPÍTULO 4 – PETIÇÃO INICIAL .....                                        | 63  |
| 4.1. Conceito .....                                                       | 63  |
| 4.2. Elementos (“requisitos”) .....                                       | 64  |
| 4.2.1. Juízo a que é dirigida .....                                       | 65  |
| 4.2.2. Partes e suas qualificações .....                                  | 65  |
| 4.2.3. Causa de pedir.....                                                | 67  |
| 4.2.4. O pedido .....                                                     | 69  |
| 4.2.5. O valor da causa .....                                             | 69  |
| 4.2.6. As provas que serão produzidas.....                                | 70  |
| 4.2.7. Manifestação sobre a audiência de conciliação ou mediação ..       | 71  |
| 4.2.8. Encerramento.....                                                  | 71  |
| 4.3. Emenda à inicial .....                                               | 72  |
| CAPÍTULO 5 – PEDIDO .....                                                 | 81  |
| 5.1. Noções gerais.....                                                   | 81  |
| 5.2. Certeza e determinação do pedido.....                                | 82  |
| 5.3. Juros legais, correção monetária e verbas de sucumbência.....        | 83  |
| 5.4. Pedido genérico .....                                                | 85  |
| 5.5. Pedido de prestações sucessivas – Condenação para o futuro .....     | 86  |
| 5.6. Pedido cominatório .....                                             | 86  |
| 5.7. Pedido nas obrigações alternativas .....                             | 87  |
| 5.8. Cumulação de pedidos.....                                            | 87  |
| 5.8.1. Cumulação simples de pedidos .....                                 | 88  |
| 5.8.2. Pedidos subsidiários (ou cumulação alternativa eventual) .....     | 89  |
| 5.8.3. Cumulação alternativa simples.....                                 | 90  |
| 5.8.4. Cumulação sucessiva eventual .....                                 | 90  |
| 5.9. Pedido e causa de pedir: limitadores da atividade jurisdicional..... | 90  |
| 5.10. Aditamento ou alteração do pedido ou da causa de pedir.....         | 91  |
| CAPÍTULO 6 – INDEFERIMENTO DA INICIAL E REJEIÇÃO LIMINAR DO PEDIDO.....   | 101 |
| 6.1. Indeferimento da inicial.....                                        | 101 |
| 6.1.1. Conflito entre princípios fundamentais.....                        | 102 |
| 6.1.2. Hipóteses de cabimento.....                                        | 103 |
| 6.1.3. Natureza do pronunciamento e recurso cabível.....                  | 105 |
| 6.1.4. Juízo de retratação na apelação.....                               | 105 |
| 6.1.5. Intimação do réu, na ausência de recurso do autor.....             | 106 |
| 6.1.6. Indeferimento parcial da inicial.....                              | 106 |
| 6.1.7. Indeferimento tardio da inicial.....                               | 106 |
| 6.2. Improcedência liminar do pedido.....                                 | 107 |

|                                                        |                                                                          |     |
|--------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------|-----|
| 6.2.1.                                                 | Improcedência liminar fundada em precedente.....                         | 107 |
| 6.2.2.                                                 | Reconhecimento liminar de prescrição ou decadência .....                 | 109 |
| 6.2.3.                                                 | Improcedência liminar e devido processo legal .....                      | 110 |
| 6.2.4.                                                 | Natureza da decisão e recurso cabível.....                               | 111 |
| 6.2.5.                                                 | Juízo de retratação.....                                                 | 111 |
| 6.2.6.                                                 | Citação do réu para acompanhamento da apelação .....                     | 111 |
| 6.2.7.                                                 | Comunicação do resultado do julgamento ao réu.....                       | 112 |
| 6.2.8.                                                 | Rejeição liminar e parcial do pedido.....                                | 113 |
| 6.3.                                                   | Aplicação geral.....                                                     | 113 |
| CAPÍTULO 7 – AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO ..... |                                                                          | 121 |
| 7.1.                                                   | Noções gerais.....                                                       | 121 |
| 7.2.                                                   | Requisitos .....                                                         | 122 |
| 7.3.                                                   | O cabimento de autocomposição.....                                       | 123 |
| 7.4.                                                   | Quem deve comparecer .....                                               | 124 |
| 7.5.                                                   | Procedimento.....                                                        | 125 |
| 7.6.                                                   | Utilidade da audiência .....                                             | 127 |
| 7.7.                                                   | A atuação do conciliador e do mediador – Princípios que a norteiam ..... | 128 |
| CAPÍTULO 8 – CONTESTAÇÃO.....                          |                                                                          | 139 |
| 8.1.                                                   | Noção e princípios norteadores .....                                     | 139 |
| 8.1.1.                                                 | Concentração da defesa.....                                              | 139 |
| 8.1.2.                                                 | Eventualidade .....                                                      | 140 |
| 8.1.3.                                                 | Forma da contestação.....                                                | 140 |
| 8.2.                                                   | Conteúdo da contestação.....                                             | 140 |
| 8.2.1.                                                 | Defesas preliminares.....                                                | 141 |
| 8.2.2.                                                 | Regime jurídico aplicável às preliminares.....                           | 145 |
| 8.2.3.                                                 | Defesas de mérito .....                                                  | 145 |
| 8.2.4.                                                 | Especificação de provas e outras providências.....                       | 146 |
| 8.3.                                                   | Ônus da impugnação específica.....                                       | 146 |
| 8.4.                                                   | Prazo para o oferecimento .....                                          | 147 |
| CAPÍTULO 9 – RECONVENÇÃO.....                          |                                                                          | 159 |
| 9.1.                                                   | Conceito .....                                                           | 159 |
| 9.2.                                                   | Autonomia da reconvenção .....                                           | 160 |
| 9.3.                                                   | Pressupostos objetivos.....                                              | 160 |
| 9.3.1.                                                 | Conexão com a ação principal ou com o fundamento da defesa .....         | 160 |
| 9.3.2.                                                 | Competência .....                                                        | 161 |
| 9.3.3.                                                 | Identidade procedimental.....                                            | 162 |

9.4. Legitimidade ..... 163

9.5. Procedimento..... 165

9.6. Reconvenção da reconvenção ..... 166

CAPÍTULO 10 – REVELIA..... 173

10.1. Conceito ..... 173

10.1.1. Revelia em sentido estrito..... 173

10.1.2. Revelia imprópria (aplicação do regime jurídico da revelia) ... 174

10.2. Efeitos da revelia ..... 175

10.2.1. Presunção de veracidade dos fatos narrados na inicial..... 175

10.2.2. Julgamento antecipado do mérito..... 175

10.2.3. Desnecessidade de intimações do revel ..... 176

10.2.4. Inocorrência de questão prejudicial apta a fazer coisa julgada 176

10.3. Efeitos nos casos de equiparação à revelia ..... 176

10.4. Inocorrência do efeito principal da revelia ..... 177

10.4.1. Contestação por litisconsorte passivo (art. 345, I) ..... 177

10.4.2. Ação sobre direitos indisponíveis (art. 345, II)..... 178

10.4.3. Ausência de instrumento substancial (art. 345, III)..... 178

10.4.4. Fatos incompatíveis com os elementos dos autos ou improváveis ou inverossímeis (art. 345, IV) ..... 178

10.4.5. Réu preso e citação ficta (curador especial)..... 179

10.4.6. Substituição do assistido pelo assistente..... 179

10.4.7. Decorrências ..... 179

10.5. Comparecimento posterior do revel ..... 180

TERCEIRA PARTE

SANEAMENTO DO PROCESSO

CAPÍTULO 11 – PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E SANEAMENTO..... 191

11.1. Noções gerais..... 191

11.2. Hipóteses em que deve haver providências preliminares – Elenco não exaustivo..... 191

11.3. Providências preliminares tipificadas no art. 348 e seguintes ..... 193

11.3.1. Especificação de provas, no caso de ausência do efeito principal da revelia ..... 193

11.3.2. Defesa material indireta e réplica..... 195

11.3.3. Defesa preliminar e réplica ..... 196

11.3.4. Correção de vícios ..... 196

|                                                                                                                    |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| CAPÍTULO 12 – JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO.....                                                        | 201 |
| 12.1. Sentido do instituto .....                                                                                   | 201 |
| 12.2. Extinção sem julgamento de mérito .....                                                                      | 202 |
| 12.3. Decisão de parcial impossibilidade de julgamento do mérito .....                                             | 203 |
| 12.4. Julgamento “antecipado” do mérito.....                                                                       | 203 |
| 12.4.1. Hipóteses de ocorrência .....                                                                              | 204 |
| 12.4.2. Terminologia .....                                                                                         | 205 |
| 12.4.3. Natureza e recorribilidade do pronunciamento .....                                                         | 206 |
| 12.5. Julgamento “antecipado” parcial do mérito .....                                                              | 206 |
| 12.5.1. Hipóteses de ocorrência .....                                                                              | 206 |
| 12.5.2. Natureza, eficácia e estabilidade da decisão de julgamento<br>parcial do mérito .....                      | 207 |
| 12.5.3. Honorários de sucumbência .....                                                                            | 208 |
| 12.6. Saneamento e organização do processo .....                                                                   | 208 |
| 12.6.1. Hipótese de ocorrência.....                                                                                | 208 |
| 12.6.2. Terminologia .....                                                                                         | 209 |
| 12.6.3. Eficiência e duração razoável do processo .....                                                            | 209 |
| 12.6.4. Conteúdo .....                                                                                             | 209 |
| 12.6.5. A audiência de saneamento compartilhado .....                                                              | 211 |
| 12.6.6. Delimitação consensual de questões controvertidas e negócios<br>processuais por ocasião do saneamento..... | 212 |
| 12.7. A estabilidade do julgamento conforme o estado do processo.....                                              | 212 |

## QUARTA PARTE

### PROVAS

|                                                                                   |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------|-----|
| CAPÍTULO 13 – TEORIA GERAL DAS PROVAS.....                                        | 227 |
| 13.1. Direito, fato e prova .....                                                 | 227 |
| 13.2. Prova e verdade no processo civil .....                                     | 230 |
| 13.3. Os significados de “prova”: atividade, meio e resultado .....               | 231 |
| 13.4. Os sujeitos da prova.....                                                   | 231 |
| 13.4.1. O juiz como destinatário da prova.....                                    | 231 |
| 13.4.2. Irrelevância da autoria da prova (princípio da comunhão da<br>prova)..... | 232 |
| 13.4.3. Os poderes instrutórios do juiz .....                                     | 232 |
| 13.4.4. O sistema da persuasão racional (livre convencimento moti-<br>vado) ..... | 234 |
| 13.4.5. O direito das partes à prova .....                                        | 235 |
| 13.4.6. A garantia do contraditório – Necessidade da prova nos<br>autos .....     | 236 |

|                                                    |                                                                           |     |
|----------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------|-----|
| 13.4.7.                                            | Dever e ônus de colaborar com a instrução probatória .....                | 237 |
| 13.4.8.                                            | Ônus da prova .....                                                       | 238 |
| 13.4.8.1.                                          | A categoria geral do ônus .....                                           | 238 |
| 13.4.8.2.                                          | O conceito de ônus da prova .....                                         | 238 |
| 13.4.8.3.                                          | As funções do ônus da prova.....                                          | 239 |
| 13.4.8.4.                                          | Ônus da prova é imperfeito .....                                          | 240 |
| 13.4.8.5.                                          | A distribuição legal do ônus da prova .....                               | 240 |
| 13.4.8.6.                                          | A (re)distribuição dinâmica do ônus da prova .....                        | 242 |
| 13.4.8.7.                                          | A redistribuição convencional do ônus da prova .....                      | 243 |
| 13.5.                                              | Objeto da prova .....                                                     | 244 |
| 13.5.1.                                            | Afirmações de fatos .....                                                 | 244 |
| 13.5.2.                                            | A excepcional exigência de prova do direito.....                          | 244 |
| 13.6.                                              | Ainda o objeto da prova: fatos relevantes, controversos e determinados .  | 245 |
| 13.6.1.                                            | Fato relevante.....                                                       | 245 |
| 13.6.2.                                            | Fato controvertido.....                                                   | 246 |
| 13.6.3.                                            | Fato notório .....                                                        | 247 |
| 13.6.4.                                            | Fato determinado .....                                                    | 248 |
| 13.6.5.                                            | Fato negativo e negativa de fatos: a prova da negação .....               | 248 |
| 13.7.                                              | Meios de prova.....                                                       | 249 |
| 13.7.1.                                            | A distinção entre o meio da prova e o seu resultado .....                 | 249 |
| 13.7.2.                                            | A admissibilidade dos meios de prova – Meios típicos e atípicos.....      | 250 |
| 13.7.3.                                            | Ausência de hierarquia entre os meios de prova – Exceções...              | 251 |
| 13.8.                                              | As regras sobre a forma dos atos jurídicos: direito material.....         | 252 |
| 13.9.                                              | Prova emprestada.....                                                     | 253 |
| 13.10.                                             | Prova ilícita .....                                                       | 254 |
| 13.11.                                             | Indícios, máximas da experiência e presunções absolutas e relativas ..... | 256 |
| 13.12.                                             | Procedimento probatório .....                                             | 258 |
| 13.12.1.                                           | As fases do procedimento probatório .....                                 | 258 |
| 13.12.2.                                           | A proposição da prova .....                                               | 258 |
| 13.12.3.                                           | A admissão da prova.....                                                  | 259 |
| 13.12.4.                                           | Produção da prova.....                                                    | 260 |
| 13.12.5.                                           | Alteração da ordem probatória .....                                       | 260 |
| CAPÍTULO 14 – DEPOIMENTO PESSOAL E CONFISSÃO ..... |                                                                           | 277 |
| 14.1.                                              | Depoimento pessoal.....                                                   | 277 |
| 14.1.1.                                            | Conceito.....                                                             | 277 |
| 14.1.2.                                            | Sujeitos.....                                                             | 278 |
| 14.1.3.                                            | Características: personalidade e indelegabilidade.....                    | 278 |
| 14.1.4.                                            | Possíveis consequências do depoimento pessoal .....                       | 279 |
| 14.1.5.                                            | Diferenças dos outros meios de prova .....                                | 280 |

|                                                                                                         |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 14.1.5.1. Em relação ao meio testemunhal.....                                                           | 280 |
| 14.1.5.2. Em relação ao meio pericial.....                                                              | 280 |
| 14.1.6. Depoimento pessoal e interrogatório.....                                                        | 281 |
| 14.1.7. Legitimidade para requerer o depoimento pessoal – O requerimento de depoimento próprio .....    | 282 |
| 14.1.8. Modo de produção .....                                                                          | 283 |
| 14.1.8.1. A formulação de perguntas.....                                                                | 283 |
| 14.1.8.2. O modo de resposta.....                                                                       | 284 |
| 14.1.8.3. Depoimento pessoal de parte residente fora da comarca (carta e videoconferência).....         | 284 |
| 14.1.9. Consequência do não comparecimento e da recusa em responder.....                                | 285 |
| 14.1.10. Justa recusa de responder .....                                                                | 286 |
| 14.2. Confissão .....                                                                                   | 287 |
| 14.2.1. Conceito, natureza e valor.....                                                                 | 287 |
| 14.2.2. Diferenças de outras figuras .....                                                              | 288 |
| 14.2.3. Pressupostos de validade e eficácia.....                                                        | 289 |
| 14.2.4. Outros limites à eficácia da confissão .....                                                    | 291 |
| 14.2.5. Classificação.....                                                                              | 292 |
| 14.2.6. Características.....                                                                            | 293 |
| 14.2.6.1. Indivisibilidade .....                                                                        | 293 |
| 14.2.6.2. Vedação ao conteúdo inovativo.....                                                            | 293 |
| 14.2.6.3. Irrevogabilidade .....                                                                        | 294 |
| 14.2.6.4. Anulabilidade.....                                                                            | 294 |
| 14.2.7. Confissão por representante.....                                                                | 295 |
| 14.2.8. Confissão real e ficta .....                                                                    | 295 |
| CAPÍTULO 15 – PROVA DOCUMENTAL .....                                                                    | 305 |
| 15.1. Conceito .....                                                                                    | 305 |
| 15.2. Suporte e conteúdo do documento (fato representativo e fato representado) .....                   | 307 |
| 15.3. Autoria.....                                                                                      | 307 |
| 15.4. Classificação .....                                                                               | 308 |
| 15.5. Força probante dos documentos.....                                                                | 309 |
| 15.5.1. Autenticidade do documento .....                                                                | 310 |
| 15.5.2. Documentos públicos.....                                                                        | 310 |
| 15.5.3. Documentos particulares.....                                                                    | 311 |
| 15.5.4. Telegrama, radiograma, cartas, registros domésticos, notas do credor e livros empresariais..... | 312 |
| 15.5.5. Força probante das reproduções.....                                                             | 312 |
| 15.5.6. Perda da eficácia probatória.....                                                               | 314 |

|                                       |                                                                                 |     |
|---------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 15.6.                                 | Instrumento substancial .....                                                   | 314 |
| 15.7.                                 | Indivisibilidade .....                                                          | 315 |
| 15.8.                                 | Documento estrangeiro .....                                                     | 315 |
| 15.9.                                 | Produção da prova documental .....                                              | 315 |
| 15.10.                                | Documento eletrônico .....                                                      | 317 |
| 15.11.                                | Ata notarial .....                                                              | 319 |
| CAPÍTULO 16 – PROVA TESTEMUNHAL ..... |                                                                                 | 327 |
| 16.1.                                 | Conceito .....                                                                  | 327 |
| 16.2.                                 | A testemunha e outros partícipes do processo: distinções .....                  | 328 |
| 16.3.                                 | Limites subjetivos da prova testemunhal.....                                    | 329 |
| 16.3.1.                               | Capacidade para testemunhar .....                                               | 329 |
| 16.3.2.                               | Suspeição da testemunha.....                                                    | 329 |
| 16.3.3.                               | Impedimento da testemunha.....                                                  | 330 |
| 16.3.4.                               | O juiz da própria causa como testemunha.....                                    | 331 |
| 16.3.5.                               | O depoimento como “informante” .....                                            | 331 |
| 16.4.                                 | Limites objetivos da prova testemunhal .....                                    | 331 |
| 16.4.1.                               | Fato relevante.....                                                             | 331 |
| 16.4.2.                               | Fato perceptível sensorialmente .....                                           | 332 |
| 16.4.3.                               | Fato relacionado com a experiência comum, que não envolva<br>juízo técnico..... | 332 |
| 16.4.4.                               | Fato não confessado nem documentalmente comprovado.....                         | 333 |
| 16.4.5.                               | Fato que não exija prova documental .....                                       | 333 |
| 16.5.                                 | Deveres e direitos da testemunha.....                                           | 334 |
| 16.6.                                 | Procedimento da prova testemunhal .....                                         | 336 |
| 16.6.1.                               | Proposição da prova testemunhal.....                                            | 336 |
| 16.6.2.                               | Deferimento da prova testemunhal.....                                           | 336 |
| 16.6.3.                               | Apresentação de rol de testemunhas.....                                         | 336 |
| 16.6.4.                               | Local e momento de produção da prova testemunhal.....                           | 338 |
| 16.6.5.                               | Ordem de oitiva das testemunhas.....                                            | 338 |
| 16.6.6.                               | Qualificação da testemunha e possível contradita .....                          | 339 |
| 16.6.7.                               | Prestação de compromisso .....                                                  | 339 |
| 16.6.8.                               | Ordem e limites das perguntas .....                                             | 339 |
| 16.6.9.                               | Documentação do depoimento.....                                                 | 340 |
| 16.6.10.                              | Forma do depoimento .....                                                       | 340 |
| 16.6.11.                              | Acareação .....                                                                 | 341 |
| 16.6.12.                              | Oitiva de testemunha referida .....                                             | 341 |

|                                                                                                           |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| CAPÍTULO 17 – PROVA PERICIAL.....                                                                         | 349 |
| 17.1. Conceito .....                                                                                      | 349 |
| 17.2. Classificação .....                                                                                 | 351 |
| 17.3. Cabimento .....                                                                                     | 352 |
| 17.4. O perito.....                                                                                       | 352 |
| 17.4.1. Cadastro de peritos e de órgãos técnicos e científicos.....                                       | 353 |
| 17.4.2. Preferência por estabelecimento oficial, nas perícias médico-legal e de falsidade documental..... | 353 |
| 17.4.3. As listas periciais nas varas ou secretarias .....                                                | 354 |
| 17.4.4. Suspeição e impedimento do perito.....                                                            | 354 |
| 17.4.5. Perícia que exija conhecimentos multidisciplinares .....                                          | 354 |
| 17.4.6. Escusa e responsabilidade .....                                                                   | 355 |
| 17.5. Perito consensual.....                                                                              | 356 |
| 17.6. Honorários do perito .....                                                                          | 357 |
| 17.7. Assistente técnico .....                                                                            | 358 |
| 17.8. Procedimento.....                                                                                   | 359 |
| 17.8.1. Momento de proposição .....                                                                       | 359 |
| 17.8.2. Prazo para conclusão.....                                                                         | 359 |
| 17.8.3. Conduta das partes posterior à nomeação do perito .....                                           | 359 |
| 17.8.4. Quesitos periciais .....                                                                          | 359 |
| 17.8.5. Diligências periciais .....                                                                       | 360 |
| 17.8.6. Contraditório na produção da prova pericial.....                                                  | 360 |
| 17.8.7. Entrega do laudo e esclarecimentos posteriores .....                                              | 360 |
| 17.8.8. Segunda perícia .....                                                                             | 361 |
| 17.8.9. Perícia por carta .....                                                                           | 361 |
| 17.9. O laudo .....                                                                                       | 361 |
| 17.10. Força probante da perícia .....                                                                    | 362 |
| CAPÍTULO 18 – INSPEÇÃO JUDICIAL .....                                                                     | 369 |
| 18.1. Conceito .....                                                                                      | 369 |
| 18.2. Objeto .....                                                                                        | 370 |
| 18.3. Cabimento .....                                                                                     | 371 |
| 18.4. A garantia do contraditório.....                                                                    | 372 |
| 18.5. Documentação .....                                                                                  | 373 |
| CAPÍTULO 19 – AÇÕES PROBATÓRIAS .....                                                                     | 377 |
| 19.1. Ações probatórias e direito autônomo à prova.....                                                   | 378 |
| 19.2. Produção antecipada de prova .....                                                                  | 379 |
| 19.2.1. Natureza jurídica.....                                                                            | 379 |
| 19.2.2. Funções (hipóteses de cabimento) .....                                                            | 379 |

|          |                                                                           |     |
|----------|---------------------------------------------------------------------------|-----|
| 19.2.3.  | O empréstimo da prova produzida antecipadamente.....                      | 381 |
| 19.2.4.  | Aplicabilidade a todos os meios de prova .....                            | 381 |
| 19.2.5.  | Competência .....                                                         | 382 |
| 19.2.6.  | Legitimidade .....                                                        | 382 |
| 19.2.7.  | Intervenção de terceiros .....                                            | 383 |
| 19.2.8.  | O contraditório na produção antecipada .....                              | 384 |
| 19.2.9.  | As regras do procedimento probatório .....                                | 384 |
| 19.2.10. | A decisão final – Efeitos, recorribilidade e estabilidade .....           | 385 |
| 19.2.11. | O destino dos autos e o emprego da prova depois do fim do processo .....  | 385 |
| 19.3.    | Exibição de documentos.....                                               | 386 |
| 19.3.1.  | Exibição incidental e exibição autônoma .....                             | 386 |
| 19.3.2.  | Documento ou “coisa” .....                                                | 386 |
| 19.3.3.  | Fundamentos do dever de exhibir o documento.....                          | 387 |
| 19.3.4.  | A distinção entre a exibição de documento pela parte e por terceiro ..... | 387 |
| 19.3.5.  | Legitimidade .....                                                        | 387 |
| 19.3.6.  | Procedimento do pedido de exibição dirigido à parte.....                  | 388 |
| 19.3.7.  | Procedimento do pedido de exibição dirigido ao terceiro .....             | 389 |
| 19.3.8.  | O ônus da prova .....                                                     | 389 |
| 19.3.9.  | Ausência do dever de exibição.....                                        | 389 |
| 19.3.10. | Consequências da indevida recusa de exibição pela parte .....             | 391 |
| 19.3.11. | Consequências da indevida recusa de exibição por terceiro....             | 392 |
| 19.3.12. | Natureza do incidente e de sua decisão final – Recorribilidade .....      | 393 |
| 19.4.    | Arguição de falsidade.....                                                | 393 |
| 19.4.1.  | Falsidade material e falsidade ideológica.....                            | 393 |
| 19.4.2.  | Objeto e função da arguição de falsidade.....                             | 394 |
| 19.4.3.  | Natureza – A eventual formulação de ação declaratória incidental .....    | 395 |
| 19.4.4.  | Sede e fase de cabimento .....                                            | 396 |
| 19.4.5.  | Momento.....                                                              | 396 |
| 19.4.6.  | Legitimidade e interesse processual.....                                  | 397 |
| 19.4.7.  | Competência .....                                                         | 397 |
| 19.4.8.  | Forma do requerimento de arguição.....                                    | 397 |
| 19.4.9.  | A participação do arguido.....                                            | 398 |
| 19.4.10. | Ônus da prova da falsidade.....                                           | 399 |
| 19.4.11. | A prova pericial .....                                                    | 399 |
| 19.4.12. | A retirada do documento dos autos .....                                   | 399 |
| 19.4.13. | A resolução da arguição: natureza, efeitos e autoridade.....              | 401 |

|                                                         |     |
|---------------------------------------------------------|-----|
| CAPÍTULO 20 – AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO ..... | 413 |
| 20.1. Conceito .....                                    | 413 |
| 20.2. Características.....                              | 414 |
| 20.3. Atos que antecedem a audiência .....              | 415 |
| 20.4. Fases da audiência .....                          | 417 |
| 20.4.1. Abertura (art. 358 do CPC/2015) .....           | 417 |
| 20.4.2. Tentativa de conciliação .....                  | 417 |
| 20.4.3. Instrução .....                                 | 418 |
| 20.4.4. Debate .....                                    | 419 |
| 20.4.5. Decisão.....                                    | 420 |
| 20.4.6. Documentação .....                              | 421 |
| 20.5. Adiamento da audiência .....                      | 421 |

## QUINTA PARTE

### SENTENÇA

|                                                                                               |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| CAPÍTULO 21 – SENTENÇA.....                                                                   | 429 |
| 21.1. Conceito .....                                                                          | 429 |
| 21.2. Sentença (como ato de primeiro grau) e acórdão com conteúdo e efeitos de sentença ..... | 431 |
| 21.3. Sentença e mérito da causa .....                                                        | 431 |
| 21.4. Sentenças processuais (sentenças terminativas) .....                                    | 432 |
| 21.4.1. Sentenças processuais de inadmissibilidade da tutela jurisdiccional .....             | 432 |
| 21.4.2. Sentença de indeferimento da petição inicial.....                                     | 434 |
| 21.4.3. Paralisação do processo por mais de um ano .....                                      | 434 |
| 21.4.4. Abandono do processo pelo autor .....                                                 | 435 |
| 21.4.5. Perempção.....                                                                        | 436 |
| 21.4.6. Convenção arbitral.....                                                               | 436 |
| 21.4.7. Desistência da ação.....                                                              | 437 |
| 21.4.8. Morte da parte e ação intransmissível.....                                            | 438 |
| 21.4.9. A (relativa) estabilidade da sentença terminativa .....                               | 439 |
| 21.5. Sentenças de mérito .....                                                               | 439 |
| 21.5.1. Sentença de acolhimento ou rejeição do pedido .....                                   | 440 |
| 21.5.2. Sentenças de “homologação” de atos de disposição de vontade .....                     | 440 |
| 21.5.3. Prescrição e decadência.....                                                          | 441 |
| 21.6. Primazia da resolução de mérito.....                                                    | 443 |
| 21.7. Consideração de fatos novos na sentença .....                                           | 444 |
| 21.8. Decisão interlocutória com conteúdo dos arts. 485 ou 487 .....                          | 445 |

|                                                                                               |         |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------|---------|
| 21.9. Elementos .....                                                                         | 445     |
| 21.9.1. Relatório.....                                                                        | 445     |
| 21.9.2. Motivação.....                                                                        | 446     |
| 21.9.3. Dispositivo .....                                                                     | 448     |
| 21.9.4. Interpretação da sentença.....                                                        | 448     |
| 21.10. Efeitos da sentença.....                                                               | 449     |
| 21.10.1. Efeitos principais.....                                                              | 449     |
| 21.10.2. Efeitos anexos .....                                                                 | 451     |
| 21.10.3. Efeitos secundários.....                                                             | 451     |
| 21.11. Ordem cronológica de conclusão.....                                                    | 452     |
| 21.12. Vícios da sentença – Princípio da congruência.....                                     | 453     |
| <br>CAPÍTULO 22 – REMESSA NECESSÁRIA .....                                                    | <br>469 |
| 22.1. Noções gerais.....                                                                      | 469     |
| 22.2. Denominação do instituto .....                                                          | 470     |
| 22.3. Natureza jurídica .....                                                                 | 471     |
| 22.4. Hipóteses de cabimento .....                                                            | 471     |
| 22.4.1. Sentenças contrárias à Fazenda Pública.....                                           | 471     |
| 22.4.2. Exceções.....                                                                         | 472     |
| 22.4.3. A inexistência do recurso – O conhecimento e a extensão do<br>recurso .....           | 472     |
| 22.4.4. O reexame necessário na ação monitória.....                                           | 473     |
| 22.4.5. Duas hipóteses ainda controvertidas quanto ao cabimento da<br>remessa necessária..... | 473     |
| 22.4.6. Ações de competência originária dos Tribunais: ausência de<br>reexame.....            | 475     |
| 22.4.7. Previsões de remessa necessária em leis esparsas.....                                 | 475     |
| 22.5. Processamento .....                                                                     | 475     |
| 22.6. A vedação da reforma para pior .....                                                    | 476     |
| <br>SEXTA PARTE<br>RECURSOS                                                                   |         |
| <br>CAPÍTULO 23 – TEORIA GERAL DOS RECURSOS .....                                             | <br>485 |
| 23.1. Conceito e natureza jurídica.....                                                       | 485     |
| 23.2. Recurso, duplo exame e duplo grau.....                                                  | 487     |
| 23.3. Espécies recursais .....                                                                | 490     |
| 23.4. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito.....                                         | 491     |
| 23.5. Pressupostos de admissibilidade recursal .....                                          | 492     |
| 23.5.1. Cabimento – A fungibilidade recursal .....                                            | 492     |

|                                                                                     |            |
|-------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 23.5.2. Legitimidade recursal .....                                                 | 494        |
| 23.5.3. Interesse recursal.....                                                     | 495        |
| 23.5.4. Inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer .....     | 498        |
| 23.5.5. Tempestividade .....                                                        | 500        |
| 23.5.6. Regularidade formal .....                                                   | 502        |
| 23.5.7. Preparo.....                                                                | 503        |
| 23.6. Dever de prevenção recursal.....                                              | 504        |
| 23.7. Competência para o juízo de admissibilidade e o juízo de mérito .....         | 507        |
| 23.8. Efeitos.....                                                                  | 508        |
| 23.8.1. Efeito devolutivo .....                                                     | 508        |
| 23.8.2. Efeito suspensivo .....                                                     | 512        |
| 23.9. Classificação .....                                                           | 512        |
| 23.9.1. Recursos ordinários e extraordinários .....                                 | 512        |
| 23.9.2. Recursos de fundamentação livre e recursos de fundamentação vinculada.....  | 513        |
| 23.10. Desistência do recurso .....                                                 | 513        |
| <b>CAPÍTULO 24 – APELAÇÃO.....</b>                                                  | <b>535</b> |
| 24.1. Noção.....                                                                    | 535        |
| 24.2. Objeto: sentença e questões decididas por interlocutórias não agraváveis..... | 536        |
| 24.3. Legitimidade e interesse recursal .....                                       | 537        |
| 24.4. Os vícios (erros) impugnáveis e o modo de corrigi-los.....                    | 538        |
| 24.5. Interposição .....                                                            | 539        |
| 24.6. Juízo de retratação .....                                                     | 540        |
| 24.7. Conteúdo .....                                                                | 540        |
| 24.8. Efeitos.....                                                                  | 541        |
| 24.8.1. Efeito devolutivo .....                                                     | 541        |
| 24.8.2. Efeito suspensivo <i>ope legis</i> , em regra .....                         | 545        |
| 24.9. Processamento em primeiro grau .....                                          | 546        |
| 24.10. Processamento em segundo grau.....                                           | 546        |
| <b>CAPÍTULO 25 – AGRAVO DE INSTRUMENTO .....</b>                                    | <b>561</b> |
| 25.1. Noções gerais – Cabimento.....                                                | 561        |
| 25.2. Prazo e modo de interposição.....                                             | 568        |
| 25.3. Providências em primeiro grau de jurisdição.....                              | 569        |
| 25.3.1. Juntada de cópia do agravo pelo recorrente .....                            | 569        |
| 25.3.2. Juízo de retratação.....                                                    | 570        |
| 25.4. Procedimento em segundo grau de jurisdição .....                              | 570        |
| 25.5. Efeito suspensivo e ativo.....                                                | 572        |

|                                                                                   |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------|-----|
| CAPÍTULO 26 – AGRAVO INTERNO .....                                                | 587 |
| 26.1. Noções gerais.....                                                          | 587 |
| 26.2. Objeto .....                                                                | 588 |
| 26.3. Procedimento.....                                                           | 589 |
| 26.4. Efeitos .....                                                               | 591 |
| 26.5. Fundamentação do acórdão.....                                               | 591 |
| 26.6. Manifesta inadmissibilidade ou improcedência e multa .....                  | 591 |
| 26.7. Fungibilidade.....                                                          | 592 |
| 26.8. Uniformização do prazo.....                                                 | 592 |
| CAPÍTULO 27 – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO .....                                        | 603 |
| 27.1. Noções gerais.....                                                          | 603 |
| 27.2. Objeto .....                                                                | 604 |
| 27.3. Funções .....                                                               | 604 |
| 27.3.1. Esclarecimento da decisão .....                                           | 605 |
| 27.3.2. Suprimento de omissão .....                                               | 605 |
| 27.3.3. Correção de erro material.....                                            | 606 |
| 27.4. Embargos declaratórios e caráter infringente.....                           | 607 |
| 27.4.1. Efeito infringente como consequência do normal emprego dos embargos ..... | 607 |
| 27.4.2. O caráter puramente infringente .....                                     | 607 |
| 27.4.3. Caráter infringente e contraditório.....                                  | 608 |
| 27.4.4. Modificação da decisão e recurso subsequente .....                        | 608 |
| 27.5. Embargos e prequestionamento.....                                           | 609 |
| 27.6. Procedimento.....                                                           | 610 |
| 27.7. Efeitos .....                                                               | 610 |
| 27.7.1. Efeito devolutivo .....                                                   | 610 |
| 27.7.2. Efeito interruptivo de prazos recursais .....                             | 611 |
| 27.7.3. Ausência de automático efeito suspensivo.....                             | 611 |
| 27.7.4. Os embargos declaratórios nos Juizados Especiais .....                    | 612 |
| 27.8. Embargos protelatórios.....                                                 | 613 |
| CAPÍTULO 28 – RECURSO ORDINÁRIO .....                                             | 623 |
| 28.1. Noções gerais.....                                                          | 623 |
| 28.2. Hipóteses de cabimento .....                                                | 624 |
| 28.3. Competência.....                                                            | 626 |
| 28.4. Os demais pressupostos de admissibilidade recursal.....                     | 626 |
| 28.5. Procedimento.....                                                           | 626 |
| 28.6. Efeitos .....                                                               | 628 |

|                                                                                 |     |
|---------------------------------------------------------------------------------|-----|
| CAPÍTULO 29 – RECURSO EXTRAORDINÁRIO E RECURSO ESPECIAL .....                   | 633 |
| 29.1. Noções gerais acerca dos recursos extraordinários <i>lato sensu</i> ..... | 633 |
| 29.2. Cabimento .....                                                           | 635 |
| 29.2.1. Recurso extraordinário .....                                            | 636 |
| 29.2.2. Recurso especial .....                                                  | 637 |
| 29.3. Repercussão geral no recurso extraordinário .....                         | 639 |
| 29.4. Prequestionamento .....                                                   | 641 |
| 29.5. Procedimento .....                                                        | 644 |
| 29.6. Fungibilidade e dever de prevenção .....                                  | 648 |
| 29.7. Efeitos .....                                                             | 649 |
| 29.7.1. Ausência de efeito suspensivo, em regra .....                           | 649 |
| 29.7.2. Efeito devolutivo .....                                                 | 650 |
| 29.8. Agravo em recurso especial ou extraordinário .....                        | 651 |
| 29.9. Embargos de divergência .....                                             | 652 |
| 29.9.1. Cabimento .....                                                         | 652 |
| 29.9.2. A comprovação e aferição da divergência .....                           | 653 |
| 29.9.3. Procedimento conforme as regras regimentais .....                       | 653 |
| 29.9.4. Interrupção do prazo para recurso extraordinário .....                  | 653 |
| CAPÍTULO 30 – PROCEDIMENTO DE RECURSOS REPETITIVOS .....                        | 675 |
| 30.1. Noções gerais – “Julgamento por amostragem” .....                         | 675 |
| 30.2. “Recursos-amostra” .....                                                  | 677 |
| 30.3. Decisão de afetação .....                                                 | 678 |
| 30.4. Os efeitos da instauração do procedimento .....                           | 679 |
| 30.5. Distinção .....                                                           | 680 |
| 30.6. Processamento no tribunal superior e julgamento .....                     | 681 |
| 30.7. Efeitos .....                                                             | 682 |
| 30.7.1. Efeitos conforme grau de jurisdição e fase do processo .....            | 682 |
| 30.7.2. A incidência dos efeitos sobre atividades reguladas .....               | 684 |
| 30.7.3. Força vinculante “média” .....                                          | 684 |
| 30.7.4. Força vinculante em sentido estrito: cabimento de reclamação .....      | 685 |
| 30.7.5. Modulação dos efeitos .....                                             | 685 |
| 30.8. Desistência .....                                                         | 686 |
| 30.8.1. Desistência nas ações atingidas pela decisão-quadro .....               | 686 |
| 30.8.2. Desistência do recurso-amostra .....                                    | 686 |
| CAPÍTULO 31 – RECURSO ADESIVO .....                                             | 697 |
| 31.1. Noções gerais .....                                                       | 697 |
| 31.2. Recursos que comportam a adesividade .....                                | 698 |

|                                                       |     |
|-------------------------------------------------------|-----|
| 31.3. Procedimento.....                               | 699 |
| 31.4. Regime jurídico e juízo de admissibilidade..... | 700 |
| 31.5. Recurso adesivo a recurso adesivo .....         | 700 |

SÉTIMA PARTE  
OUTROS PROCESSOS E INCIDENTES NOS TRIBUNAIS

|                                                                                                      |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| CAPÍTULO 32 – CONFLITO DE COMPETÊNCIA .....                                                          | 707 |
| 32.1. Noções gerais.....                                                                             | 707 |
| 32.2. Natureza jurídica .....                                                                        | 708 |
| 32.3. Legitimidade .....                                                                             | 708 |
| 32.4. Competência.....                                                                               | 708 |
| 32.5. Procedimento.....                                                                              | 709 |
| 32.6. Efeitos .....                                                                                  | 710 |
| 32.7. O falso conflito de competência entre tribunal arbitral e juiz estatal.....                    | 710 |
| CAPÍTULO 33 – HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA E DA CONCESSÃO DO EXEQUATUR À CARTA ROGATÓRIA ..... | 717 |
| 33.1. Noções gerais.....                                                                             | 717 |
| 33.2. Natureza jurídica .....                                                                        | 719 |
| 33.3. Requisitos .....                                                                               | 719 |
| 33.4. Legislação aplicável.....                                                                      | 721 |
| 33.5. Eficácia nacional .....                                                                        | 721 |
| 33.6. Procedimento.....                                                                              | 721 |
| 33.7. Execução fiscal.....                                                                           | 723 |
| 33.8. Sentença estrangeira de divórcio.....                                                          | 723 |
| 33.9. Medidas de urgência .....                                                                      | 723 |
| 33.10. Cumprimento .....                                                                             | 723 |

OITAVA PARTE  
PRECEDENTES JUDICIAIS E MECANISMOS DE  
SOLUÇÃO DE CONFLITOS REITERADOS

|                                                                      |     |
|----------------------------------------------------------------------|-----|
| CAPÍTULO 34 – PRECEDENTES JUDICIAIS.....                             | 733 |
| 34.1. Noções gerais.....                                             | 733 |
| 34.2. Força vinculante .....                                         | 735 |
| 34.2.1. Vinculação padrão .....                                      | 736 |
| 34.2.2. Vinculação média .....                                       | 737 |
| 34.2.3. Vinculação forte (força vinculante em sentido estrito) ..... | 738 |

|                                                                                                                  |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 34.3. A força vinculante no processo civil brasileiro .....                                                      | 738 |
| 34.3.1. Decisões com força vinculante previstas na Constituição .....                                            | 738 |
| 34.3.2. A disciplina do CPC .....                                                                                | 739 |
| 34.4. Uniformização da jurisprudência .....                                                                      | 739 |
| 34.5. Estabilidade, integridade e coerência.....                                                                 | 740 |
| 34.6. Modificação de entendimento sedimentado (superação) .....                                                  | 743 |
| 34.7. Publicidade .....                                                                                          | 744 |
| 34.8. Método de formação .....                                                                                   | 744 |
| 34.9. Distinção de fatos ( <i>distinguishing</i> ): Consideração de novas questões jurídicas .....               | 745 |
| <br>CAPÍTULO 35 – INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA .....                                                     | 759 |
| 35.1. Noções gerais.....                                                                                         | 759 |
| 35.2. Pressupostos .....                                                                                         | 760 |
| 35.3. Legitimidade .....                                                                                         | 761 |
| 35.4. Competência.....                                                                                           | 762 |
| 35.5. Procedimento.....                                                                                          | 762 |
| 35.6. Efeitos.....                                                                                               | 762 |
| <br>CAPÍTULO 36 – INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR) .....                                    | 769 |
| 36.1. Noções gerais.....                                                                                         | 769 |
| 36.2. Função .....                                                                                               | 771 |
| 36.3. Pressupostos objetivos.....                                                                                | 771 |
| 36.4. Limites temporais .....                                                                                    | 772 |
| 36.5. Órgãos competentes.....                                                                                    | 773 |
| 36.6. Legitimados .....                                                                                          | 773 |
| 36.7. Princípios vetores do incidente procedimental.....                                                         | 774 |
| 36.8. O caráter objetivo do incidente.....                                                                       | 774 |
| 36.8.1. Força vinculante.....                                                                                    | 775 |
| 36.8.2. Desistência da ação ou recurso-amostra não interrompe o incidente .....                                  | 775 |
| 36.8.3. A coexistência de juízos sobre a questão repetitiva e sobre o caso específico que serve de amostra ..... | 776 |
| 36.9. Contraditório .....                                                                                        | 776 |
| 36.10. Instrução.....                                                                                            | 777 |
| 36.11. Eficácia suspensiva da instauração do incidente.....                                                      | 778 |
| 36.11.1. Extensão a todo território nacional .....                                                               | 778 |
| 36.11.2. Meio de controle da distinção.....                                                                      | 778 |
| 36.11.3. Tutela de urgência durante a suspensão.....                                                             | 779 |

|                                                                                                        |         |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|
| 36.11.4. Duração da suspensão .....                                                                    | 779     |
| 36.12. Recorribilidade da decisão do incidente .....                                                   | 780     |
| 36.12.1. Presença da repercussão geral.....                                                            | 780     |
| 36.12.2. Submissão do recurso especial ou extraordinário ao procedi-<br>mento de repetitivos.....      | 780     |
| 36.12.3. Eficácia suspensiva.....                                                                      | 780     |
| 36.12.4. Legitimidade recursal.....                                                                    | 781     |
| 36.13. Possibilidade de revisão da tese jurídica .....                                                 | 781     |
| 36.13.1. Fundamentos da revisão.....                                                                   | 781     |
| 36.13.2. Legitimidade para o pedido de revisão .....                                                   | 781     |
| 36.13.3. Contraditório, ampla publicidade e fundamentação.....                                         | 782     |
| 36.13.4. Modulação de efeitos.....                                                                     | 783     |
| <br>CAPÍTULO 37 – SÚMULA VINCULANTE .....                                                              | <br>795 |
| 37.1. A previsão constitucional.....                                                                   | 795     |
| 37.2. Natureza jurídica .....                                                                          | 796     |
| 37.3. Matéria de cognição e objeto do processo objetivo da súmula vinculan-<br>te .....                | 797     |
| 37.4. A disciplina infraconstitucional.....                                                            | 799     |
| 37.5. As normas do Regimento Interno do STF e a garantia do contraditório..                            | 802     |
| <br>CAPÍTULO 38 – INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE .                                     | <br>813 |
| 38.1. Noções gerais.....                                                                               | 813     |
| 38.2. Natureza Jurídica .....                                                                          | 815     |
| 38.3. As hipóteses de instauração do incidente .....                                                   | 815     |
| 38.4. Competência e quórum de declaração de inconstitucionalidade.....                                 | 817     |
| 38.5. Legitimidade .....                                                                               | 818     |
| 38.6. Procedimento.....                                                                                | 818     |
| 38.7. Intervenção de <i>amici curiae</i> .....                                                         | 819     |
| 38.8. Recorribilidade .....                                                                            | 819     |
| 38.9. Questão constitucional repetitiva .....                                                          | 820     |
| <br>CAPÍTULO 39 – RECLAMAÇÃO .....                                                                     | <br>827 |
| 39.1. Força vinculante e reclamação.....                                                               | 827     |
| 39.2. Fundamentos, objeto e função da reclamação .....                                                 | 828     |
| 39.3. Natureza jurídica .....                                                                          | 829     |
| 39.4. Autonomia da reclamação em face dos recursos judiciais e de outras<br>medidas impugnativas ..... | 830     |
| 39.5. Legitimação ativa e passiva – Participação do Ministério Público .....                           | 831     |
| 39.6. Competência.....                                                                                 | 832     |



|                                    |                                                                                   |     |
|------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 40.8.1.                            | Limites subjetivos e garantias constitucionais .....                              | 860 |
| 40.8.2.                            | Extensão dos efeitos a terceiros .....                                            | 860 |
| 40.8.3.                            | Terceiros titulares de direitos comuns ou de direitos ou ações concorrentes.....  | 860 |
| 40.8.4.                            | Substituição processual e coisa julgada .....                                     | 862 |
| 40.8.5.                            | Terceiros intervenientes e coisa julgada .....                                    | 862 |
| 40.9.                              | Eficácia negativa e eficácia positiva da coisa julgada .....                      | 862 |
| 40.10.                             | A “relativização” da coisa julgada .....                                          | 863 |
| CAPÍTULO 41 – AÇÃO RESCISÓRIA..... |                                                                                   | 879 |
| 41.1.                              | Conceito e natureza jurídica .....                                                | 880 |
| 41.2.                              | Objeto .....                                                                      | 881 |
| 41.2.1.                            | Sentenças, interlocutórias de mérito e acórdãos .....                             | 881 |
| 41.2.2.                            | Desnecessidade de exaurimento recursal.....                                       | 881 |
| 41.2.3.                            | Ações principais ou incidentais – Procedimento comum ou especial – Exceções ..... | 881 |
| 41.2.4.                            | Rescisória parcial.....                                                           | 882 |
| 41.2.5.                            | Rescisória de rescisória.....                                                     | 882 |
| 41.2.6.                            | Decisões revestidas de coisa julgada material .....                               | 882 |
| 41.2.7.                            | O art. 966, § 2.º .....                                                           | 882 |
| 41.2.8.                            | Decisões juridicamente inexistentes ou absolutamente ineficazes.....              | 884 |
| 41.3.                              | Hipóteses de cabimento .....                                                      | 885 |
| 41.3.1.                            | Concussão, prevaricação e corrupção do juiz .....                                 | 885 |
| 41.3.2.                            | Impedimento do juiz – Incompetência absoluta do juízo .....                       | 886 |
| 41.3.3.                            | Defeito na conduta das partes.....                                                | 887 |
| 41.3.3.1.                          | Dolo ou coação do vencedor .....                                                  | 887 |
| 41.3.3.2.                          | Colusão entre as partes.....                                                      | 887 |
| 41.3.4.                            | Violação à coisa julgada.....                                                     | 888 |
| 41.3.5.                            | Violação manifesta de norma jurídica.....                                         | 889 |
| 41.3.6.                            | Falsidade da prova.....                                                           | 891 |
| 41.3.7.                            | Prova nova.....                                                                   | 891 |
| 41.3.8.                            | Erro de fato .....                                                                | 892 |
| 41.4.                              | Atos de disposição de direitos homologados em juízo.....                          | 893 |
| 41.5.                              | Competência.....                                                                  | 894 |
| 41.5.1.                            | O critério para definição de competência .....                                    | 894 |
| 41.5.2.                            | A emenda da inicial e a correção de competência .....                             | 895 |
| 41.6.                              | Legitimidade ativa.....                                                           | 896 |
| 41.7.                              | Peculiaridades processuais e procedimentais.....                                  | 897 |
| 41.7.1.                            | Caução prévia e multa .....                                                       | 897 |
| 41.7.2.                            | Ausência de eficácia suspensiva.....                                              | 897 |

|                                                                |     |
|----------------------------------------------------------------|-----|
| 41.7.3. Indeferimento ou improcedência liminares .....         | 898 |
| 41.7.4. Prazo para contestação .....                           | 898 |
| 41.7.5. Ausência do efeito principal da revelia .....          | 898 |
| 41.7.6. Instrução probatória.....                              | 898 |
| 41.7.7. Razões finais.....                                     | 899 |
| 41.7.8. Mudança de órgão julgador em caso de divergência ..... | 899 |
| 41.7.9. Juízo rescindente e juízo rescisório .....             | 899 |
| 41.8. Prazo para ajuizamento.....                              | 900 |

## DÉCIMA PARTE

### COGNIÇÃO SUMÁRIA NO PROCEDIMENTO COMUM

|                                                                        |     |
|------------------------------------------------------------------------|-----|
| CAPÍTULO 42 – TUTELA PROVISÓRIA .....                                  | 917 |
| 42.1. Fundamentos constitucionais da tutela provisória .....           | 918 |
| 42.2. Panorama da tutela provisória no CPC/2015.....                   | 919 |
| 42.2.1. Tutela de urgência e tutela de evidência.....                  | 919 |
| 42.2.2. Tutela de urgência cautelar e antecipada.....                  | 920 |
| 42.2.3. Tutela de urgência incidental e antecedente .....              | 920 |
| 42.2.4. Eliminação da duplicidade de processos.....                    | 920 |
| 42.2.5. O ônus da formulação do pedido principal.....                  | 921 |
| 42.2.6. Estabilização da tutela antecipada .....                       | 921 |
| 42.3. Atividade jurisdicional urgente.....                             | 922 |
| 42.4. A unificação de regime das medidas de urgência incidentais.....  | 922 |
| 42.4.1. Características comuns.....                                    | 923 |
| 42.4.2. Diferença quantitativa .....                                   | 923 |
| 42.4.3. Direito autônomo à proteção urgente .....                      | 924 |
| 42.4.4. Decorrências práticas .....                                    | 927 |
| 42.5. Os limites da unidade de regime das medidas urgentes .....       | 928 |
| 42.6. Normas gerais da tutela provisória .....                         | 929 |
| 42.6.1. Momento de concessão .....                                     | 929 |
| 42.6.2. Modalidades processuais que comportam tutela provisória....    | 930 |
| 42.6.3. Competência .....                                              | 930 |
| 42.6.4. Impossibilidade de concessão de ofício – Legitimação .....     | 931 |
| 42.6.5. Reversibilidade.....                                           | 932 |
| 42.6.6. Mutabilidade e revogabilidade.....                             | 933 |
| 42.6.7. Fundamentação da decisão.....                                  | 934 |
| 42.6.8. Impugnabilidade .....                                          | 935 |
| 42.6.9. Execução .....                                                 | 935 |
| 42.6.10. Cessação de eficácia .....                                    | 936 |
| 42.6.11. Proibição de repetição – Inatingibilidade do pedido principal | 937 |
| 42.6.12. Responsabilidade objetiva .....                               | 938 |

|                                |                                                                                       |     |
|--------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 42.7.                          | Normas gerais da tutela urgente .....                                                 | 939 |
| 42.7.1.                        | Pressupostos.....                                                                     | 939 |
| 42.7.1.1.                      | Probabilidade do direito .....                                                        | 940 |
| 42.7.1.2.                      | Perigo na demora ou perigo de danos irreparáveis ou de difícil reparação .....        | 941 |
| 42.7.1.3.                      | Ausência de gradação abstrata entre os requisitos para a tutela urgente.....          | 942 |
| 42.7.1.4.                      | Balanceamento .....                                                                   | 943 |
| 42.7.2.                        | Caução .....                                                                          | 943 |
| 42.7.3.                        | Modalidades de tutela urgente.....                                                    | 943 |
| 42.8.                          | Tutela cautelar antecedente.....                                                      | 945 |
| 42.8.1.                        | Petição inicial .....                                                                 | 945 |
| 42.8.2.                        | Concessão liminar ou mediante justificação prévia .....                               | 945 |
| 42.8.3.                        | Fungibilidade .....                                                                   | 946 |
| 42.8.4.                        | Defesa do réu e rumos do procedimento .....                                           | 946 |
| 42.8.5.                        | Ônus de formulação do pedido principal .....                                          | 947 |
| 42.8.6.                        | Formulação e processamento do pedido principal .....                                  | 947 |
| 42.9.                          | Tutela antecipada antecedente – Estabilização.....                                    | 948 |
| 42.9.1.                        | Petição inicial .....                                                                 | 948 |
| 42.9.2.                        | Concessão liminar ou mediante justificação prévia .....                               | 948 |
| 42.9.3.                        | Fungibilidade .....                                                                   | 949 |
| 42.9.4.                        | Citação do réu e prazo de defesa .....                                                | 949 |
| 42.9.5.                        | Ônus de formulação do pedido principal .....                                          | 949 |
| 42.9.6.                        | Processamento do pedido principal.....                                                | 950 |
| 42.9.7.                        | Estabilização da tutela antecipada .....                                              | 950 |
| 42.9.7.1.                      | Técnica monitória .....                                                               | 951 |
| 42.9.7.2.                      | Limites à estabilização.....                                                          | 951 |
| 42.9.7.3.                      | Estabilização, efeitos práticos, declaração e (des) constituição .....                | 953 |
| 42.9.7.4.                      | Alcance objetivo e subjetivo da estabilização .....                                   | 954 |
| 42.9.7.5.                      | Ausência de coisa julgada material.....                                               | 955 |
| 42.9.7.6.                      | Ação de revisão e outras ações de cognição exauriente: legitimidade e interesse ..... | 955 |
| 42.9.7.7.                      | Prazo decadencial da ação de revisão .....                                            | 956 |
| 42.10.                         | Tutela da evidência.....                                                              | 957 |
| 42.10.1.                       | Hipóteses de cabimento.....                                                           | 957 |
| 42.10.2.                       | Regime jurídico .....                                                                 | 959 |
| 42.11.                         | Limites à tutela provisória .....                                                     | 959 |
| OUTRAS OBRAS DOS AUTORES ..... |                                                                                       | 973 |
| LUIZ RODRIGUES WAMBIER.....    |                                                                                       | 973 |
| EDUARDO TALAMINI .....         |                                                                                       | 974 |